

“EU FALO ROLA, PPK E CU”: PEJORATIVO OU PRECONCEITO LINGUÍSTICO? ANÁLISE DE CODINOMES DISCRIMINADOS PELA SOCIEDADE HETERONOMATIVA

BRUNO PACHECO²⁶

CELIO SILVA MEIRA²⁷

RESUMO:

A língua portuguesa brasileira passa por fenômenos linguísticos todo o tempo, dentre eles, a variação e mudança linguística. Palavras surgem e/ou recebem novos sentidos conforme a necessidade daqueles que fazem o uso da língua oral para comunicação. Mesmo sabendo da mutabilidade da língua, ainda existe fortemente o preconceito linguístico inserido na sociedade, sobretudo na escola e na ciência. O presente trabalho objetivou fazer uma análise dos nomes populares, dados aos órgãos genitais, considerados pejorativos pela escola. Comprova-se por meio desta pesquisa que a escola não aceita o uso de tais codinomes por se tratar de linguagem vulgar, muitas vezes sexuado, haja vista que o corpo e a sexualidade do aluno precisam estar fora dos muros da instituição.

Palavras-chaves: Escola. Sexualidades. Preconceito Linguístico. Repressão.

INTRODUÇÃO:

De acordo com Castilho (1962), no período de colonização do Brasil, inúmeros dialetos eram falados por habitantes indígenas. Com o início do tráfico negreiro para a América, dialetos trazidos de África começaram a se misturar com os demais aqui falados. Tem-se, ainda nesse processo imigratório da língua, a adição do idioma português falado pelos representantes da coroa de Portugal.

Compreende-se, até então, a ausência de uma língua oficial neste lugar onde hoje chamamos de Brasil, aportou-se, aqui, três diferentes línguas: do elemento autóctone, as **línguas indígenas**, onde destacamos o *tupi* por ser a língua “[...] do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes [...]” como afirma Eduardo Guimarães (2005, p. 39), as **línguas africanas** e a **língua portuguesa**.

²⁶ Discente do curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista.

²⁷ Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social- UCSal- Pesquisador de Gêneros e Sexualidades na Educação- NUCUS- UFBA.

Segundo as correntes historiográficas, em 1758, a língua portuguesa tornou-se oficial no Brasil, decreto feito pelo Marquês de Pombal, proibindo a comunicação em qualquer outro idioma. O seu objetivo era homogeneizar e dominar politicamente o Estado, pois, a língua portuguesa já era utilizada nos documentos oficiais.

O território que antes havia uma diversidade linguística, de falares – que, segundo dados históricos, contabilizavam mais de 1000 línguas de origem indígenas – começa, a passar por um processo de homogeneização e imposição de uma nova língua dentro dos padrões da corte portuguesa europeia.

Mesmo havendo um decreto proibindo o uso das demais línguas, talvez por pensamentos de manter a língua portuguesa imaculada, é importante trazer à luz a verdade das influências linguísticas já contidas nesse idioma, pois, ainda de acordo com Castilho (1962), desde 1442 povos africanos já eram trasladados e escravizados em Portugal, ou seja, o Português de Portugal, muito antes de chegar ao Brasil, possivelmente, sofrera influências das línguas *nagô*, *iorubana* e *quibundo*.

Nas terras que mais tarde foram chamadas de Brasil, a língua portuguesa, ora decretada como oficial, não permaneceu livre de novas influências e variações dos diferentes povos habitantes, tais como indígenas, africanos, além de estrangeiros vindos no bojo do processo migratório. Conforme a língua era ensinada, passada de um para outro, palavras dos demais variados dialetos eram inseridas naturalmente, além das mudanças fonológicas que também naturalmente aconteciam. Entretanto, a língua culta mantinha-se, na escrita, tal qual a de Portugal.

Passado séculos, a partir das obras literárias de autores como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, dentre outros, começa-se a propagação das mais variáveis formas que o português brasileiro assumiu.

Por questões variacionais de formação e políticas, o português falado no Brasil tornou-se independente do português de Portugal, tal fato deve-se a muitos fatores culturais e geográficos. Hoje, a língua portuguesa brasileira já possui gramática própria e um excelente funcionamento que, conforme afirma Bagno (2001) se distancia a cada dia mais da gramática falada em Portugal.

Contudo, mesmo depois de tantas influências que a nossa língua sofre(u),

as escolas ainda permanecem tradicionais, arcaicas, elitizadas, burguesas etc., dirigindo a sua atenção, unicamente, para a gramática normativa, desconsiderando toda e qualquer outra forma de falar(es). Travaglia (2009, p. 109) que cita Castilho (1988) resume a língua ensinada na escola como “[...] classe de prestígio de uma nação, em virtude de razões políticas, econômicas e culturais [...]”, desvalorizando as demais variantes existentes no país.

Corroborando com Cortella (2014), tudo aquilo que está ao redor da escola mudou, sendo natural que as mudanças cheguem a esta, mediante aos grupos de gêneros, raças e identidades que a frequentam. O ambiente escolar, não pode e nem deve permanecer em seu estado graticamente normativo, judaico-cristã, tradicional e fechado para novas políticas e propostas.

Discussões sobre variação e mudança linguística não acontecem como deveriam na escola, causando, no entanto, um grande problema para a sociedade: o *preconceito linguístico*. De acordo com Marcos Bagno (2001, p.79), “[...] o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. [...]”, produzindo um abismo entre o português da gramática normativa e o português dos falantes brasileiros.

Este espaço detentor do conhecimento deveria ser um lugar de diversidade, onde as inúmeras linguagens comungassem. Entretanto, transfigura-se em um campo de adestramento e de panoptismo, ou seja, um lugar onde em todo momento o indivíduo é observado (às vezes sem perceber).

Segundo Foucault (2013, p. 190):

“O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. [...] Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] A visibilidade é uma armadilha.”

A escola, infelizmente, é um espaço que na sua grande maioria funciona como um campo de repressão, cujo objetivo é moldar corpos, pensamentos, dentro dos padrões da heteronormatividade e da “família tradicional brasileira”, além de prestigiar e dar visibilidade apenas à língua (cult) de prestígio, onde as linguagens dos pobres, periféricos, negros, gays, pessoas *trans/travestis* são

velozmente excluídas do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, como embasamento teórico desta discussão recorreremos aos estudos de teóricos como: Castilho (1962), Travaglia (2009), Bagno (2001), Castro (2011), Cortella (2014) que discutem acerca da formação da língua portuguesa; aspectos sociolinguísticos; falares africanos e sobre a educação, a escola e docência. Paralelo aos estudos linguísticos, debruçamo-nos nas teorias das transgressões de gêneros e sexualidades; controle dos corpos e lugar de fala dos autores hooks (2013), Foucault (2013), Ribeiro (2017), Colling (2018) Oliveira (2018), dentre outros. Para buscar os dados de campo da pesquisa, fez-se uso da entrevista, uma ferramenta importante que proporcionou o levantamento de várias informações relativas aos usos da língua dentro das unidades escolares das cidades de Poções e Vitória da Conquista-BA, a partir de uma análise das informações contidas nas falas das pessoas observadas e entrevistadas. Para tanto, foi escolhida a entrevista semiestruturada, que aliou a formulação de questões prévias, com temas que surgiram no decorrer da discussão.

SEXO FORA DO CORPO: A REPRESSÃO

Ao fazer uma busca histórica acerca da moralidade social dos indivíduos, dois séculos devem ser minimamente observados. Trata-se dos séculos XVII e XVIII, onde dois movimentos eclodiram a fim de impor ordem aos corpos e reprimir a sexualidade.

Antes de adentrá-los, voltemo-nos ao período da Idade Média, na qual cultuava-se o nu, onde o corpo era exibido, apresentado em fisiculturismos, em grandes duelos, até mesmo nas esculturas. Tem-se, neste período, o endeusamento do corpo ligado totalmente à sexualidade.

“O corpo nu é objecto de admiração, a expressão e a exibição de um corpo nu representava a sua saúde e os Gregos apreciavam a beleza de um corpo saudável e bem proporcionado. O corpo era valorizado pela sua saúde, capacidade atlética e fertilidade.”
(BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011, p. 25)

Somente séculos depois, o corpo torna-se vergonhoso, sendo este negado pela cultura, pelas classes sociais, acima de tudo pela religião. É o momento de ser coberto por tecidos e proibido a exibição. Conforme afirma Braga (2008) citando Bruhns (1994, p. 43),

“A cultura dita normas em relação ao corpo. A mais simples observação em torno de nós poderá demonstrar que o corpo humano é afetado pela religião, pela profissão, pelo grupo familiar, pela classe social e outros intervenientes sociais e culturais. Ao corpo se aplicam também crenças e sentimentos que estejam na base da nossa vida social.”

Para o movimento denominado de Puritanismo, este buscava reduzir o sexo ao fecundo, ditando regras, normas e permitindo o sexo apenas para “[...] casal monogâmico, legítimo e procriador [...]” (BRAGA, 2008, p. 209). Outras orientações das sexualidades eram silenciadas e reprimidas, tais qual a homossexualidade, lesbianidade etc.

O supracitado movimento inicia-se na Inglaterra, no reinado de Elizabeth I (BRAGA, 2008), tomando uma grande proporção, sobretudo pela religião judaico-cristã, onde tinha a ideia de sexo como procriação e a carne como fraca e pecaminosa.

Assim como tantas outras expressões sexuais eram proibidas e tidas como profanas, nesse período proibia-se também a nudez, palavras ligadas a(o) sexo/sexualidade.

Os Puritanos também não permitiam qualquer tipo de manifestação de alegria, pois a tinha como profana. Era proibido: bebidas, festas, danças e até uma simples ida ao teatro.

Surge de outro lado, não muito diferente dos Puritanos, o movimento chamado Vitoriano. Este, surgido na França, por volta do século XVIII e XIX, também muito cooperou para a repressão sexual. Ganhou força de médicos e estudiosos preocupados com a vida do indivíduo na sociedade. Era, então, proibido qualquer tipo de expressão sexual fora do casamento. Além disso, dentro do casamento, era preciso ter cuidado para o sexo tomar rumos diferentes da procriação. Ou seja, tê-lo como satisfação da carne.

A diferença entre os vitorianos e puritanos é que, enquanto os puritanos valorizavam o sexo e o amor dentro do casamento, os vitorianos, numa volta para trás, achavam que, mesmo dentro do casamento, o sexo deveria ser restrito. Os vitorianos aceitavam o sexo exclusivamente para fins de procriação. [...] Os puritanos podiam falar abertamente de sexo, mas os vitorianos evitavam até mesmo mencionar a palavra “perna” em frente a uma pessoa de outro sexo, para evitar “más interpretações”. Os puritanos combinavam paixão com amor, sexo e romance dentro do

casamento, mas os vitorianos tentaram abolir inteiramente a paixão sexual. (CUNHA, 1981 apud BRAGA, 2008, p. 23, grifos do autor)

Se por um lado, até o século XVI era permitida a nudez, dormir sem roupa, uso coletivo de banheiros, falar palavras sexuais, a partir do século XVII até o final do XVIII, tudo isso já não era mais aceito. Alteram-se em costumes, modos e posturas. Tudo em favor da moralidade, colocando o corpo em constante vigilância e repressão.

PEJORATIVO VERSUS VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A palavra *pejorativo* surge por meio da “derivação do particípio latim *pejoratus+ivo*” (MICHAELIS, 2019, p.234). De acordo com o dicionário online *Dicio – Dicionário da Língua Portuguesa* (2019), o termo *Pejorativo* refere-se a:

[Gramática] Diz-se da palavra que adquiriu sentido torpe, humilhante, desagradável, ofensivo: sentido pejorativo.
[Por Extensão] Característica do que se apresenta de maneira desfavorável; que humilha ou desonra: críticas pejorativas.

Mas, afinal, o que realmente significa *pejorativo*? O termo *pejorativo* refere-se ao fenômeno linguístico de mudança semântica de determinadas palavras, como por exemplo: *gordinha*, *negrinho*, *viadinho*, *mulherzinha*. Tais palavras tornam-se pejorativas por receberem uma carga semântica negativa atribuída a elas.

Na escola, os alunos utilizam dessa mudança semântica para diversas situações cotidianas. Todavia, nem todos os vocábulos utilizados pelos discentes encaixam-se nesse fenômeno.

Por outro lado, na obra “*Preconceito Linguístico*”, o autor Marcos Bagno (2001) apresenta uma certa longitude entre a gramática da língua escrita e a gramática da língua falada. Para o autor, as gramáticas normativas ainda continuam presas aos Português vindo de Portugal, enquanto a gramática falada segue, adequando-se aos falantes, possuindo as suas mais fartas variações.

A questão acima discutida não só acontece com os aspectos gramaticais. É muito comum, a depender da região do Brasil, encontrar variações de algumas palavras, sejam elas científicas ou não. Um exemplo evidente é nome da raiz *Manihot esculenta*, conhecida popularmente – a depender da localidade geográfica – como: *aipim*, *mandioca*, *macaxeira*, *pão-de-pobre*, *mandioca-brava* etc.. Nota-se o quão rico é a língua portuguesa brasileira, capaz de dar

tantos codinomes a um objeto, sendo todos reconhecidos.

Acontece da mesma forma, com os órgãos genitais, sobretudo com o pênis. Em concordância com Silva (2015, p. 134):

“O órgão sexual masculino goza do maior número de nomes dentre todos os objetos, ganhando, com apertada vantagem, apenas da sua transgênera, a vagina. [...]. Surgem apelidos como “bilau”, “pingola”, “pinto”, pois a “torneirinha” que outrora apenas mijava nas fraldas, agora, um tanto mais desenvolvida e dona de suas próprias cuecas, pede novos nomes. Porém, não por muito tempo, pois o “tico” infantil logo dá lugar ao “pirú” adolescente que, com alguns centímetros e ereções à mais, atende melhor se chamado de “pau”, “piça”, “piroca”, “badalo”, “balangandã” [...] No entanto, é devido á interatividade que o “plug-and-play” adulto pode se dar ao luxo de se chamar também “caralho”, “cacete”, “catso”, “pica”, “rola”, “vara”, etc..”

Embora muitos codinomes estejam altamente ligados às questões sexuais, cada um pode ser reconhecido e compreendido, pois não se trata de algo fora do cotidiano dos alunos e até mesmo pessoas que não habitam o espaço escolar.

Estudantes (ou não) de diferentes séries, idades, gêneros, sexo, cor, religião e classe social responderam sobre quais nomes eles costumam usar no dia a dia e por que aquele determinado nome era mais utilizado que o científico, a fim de mostrar que o uso dos nomes científicos e os codinomes transpassam todas as classes cisheteronormativas citadas anteriormente.

Observa-se o primeiro. Trata de um garoto de 16 anos, gay, negro, classe baixa, estudante de escola pública e morador da periferia de Vitória da Conquista:

“No meu dia a dia, assim, eu costumo falar: rola buceta, cu, essas coisas que acho mais fáceis. “É” uns nomes assim mais popular para a sociedade, eu acho. Eu uso essas palavras (em diálogo) nas redes sociais. Acho estranho falar pênis, ânus, vagina, falar essas palavras nas redes sociais. Eu acho estranho. (Lucas)”

Este segundo trata-se de um garoto de 18 anos, também negro, heterossexual, classe baixa que recentemente terminou o Ensino médio:

“Quando é pra eu falar sobre mim, eu falo meu pau, cu. Quando é pra eu me referir ao órgão feminino, eu falo buceta mesmo, ppk. Eu falo tudo... pinto eu também falo. Eu acho mais da hora. Porque, assim, você está na roda de amigos, você não vai falar meu pênis.

Quem é que fala isso? Não existe. Ah não sei o que lá minha vagina, não, é minha ppk. As meninas falam assim".

Ver-se em ambos que mesmo com poucas diferenças, os dois interlocutores fazem uso de sinônimos dos termos científicos para referirem-se aos órgãos genitais, podendo, esses codinomes, serem chamados de um socioleto. "[...] Mesmo em uma única comunidade [ou não], a língua pode ser falada de maneiras distintas pelos membros dos diversos grupos sociais: essas formas diferentes são dialetos sociais ou socioletos. [...]" (MANÉ, 2012, p. 44 (grifo nosso).

Para os interlocutores entrevistados, os codinomes são palavras mais fáceis de se utilizar. O segundo interlocutor chega a dizer que no cotidiano ninguém faz usos dos nomes científicos.

No livro *ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora*, bell hooks nos fala acerca das escolas que separam o corpo da mente, criando uma enorme cisão no indivíduo. Para a autora, a escola dispensa o corpo do aluno, trabalhando apenas com a sua mente, dando-lhes conhecimentos supostamente necessários. "Chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos foi transmitido pelos professores que nos antecederam [...]" (HOOKS, 2013, p. 253).

Neste espaço de conhecimento, o corpo torna-se invisível, totalmente apagado dos desejos, vontades, enfim, do seu Eros. Para a ciência, usar codinomes diferentes do científico é dar visibilidade ao corpo apagado. Usar essas variações é trazer para o centro às classes minorizadas e isso a sociedade burguesa jamais aceitaria, pois, a escola estaria borrando a heteronormatividade.

No chão da escola não habita apenas o preconceito linguístico, mas também a repressão sexual, sobretudo quando ela é verbalizada, demonstrado por alguma palavra.

Usar codinomes como: *rola, cu, ppk, buceta, etc..* acarretará em uma série de preconceitos linguísticos e repressões sexuais, pois, para a escola, esses nomes estão ligados pelo cordão umbilical ao sentido sexual. Em outras palavras, falar a palavra *rola ou buceta* é promover a materialização do assunto sexualidade não biologizante, algo condenado pelo conservadorismo patriarcal da sociedade.

A seguir, mais duas transcrições acerca dos usos dos nomes para os órgãos genitais. A primeira transcrição é de uma interlocutora do sexo feminino, hétero,

negra, 22 anos.

“Geralmente eu uso os termos ppk, pinto porque não são tão formais. Eu acho que usar vagina, pênis é mais formal. Em relação de doença eu uso o termo vagina. Mas, geralmente no dia a dia eu uso 100% os termos ppk, pinto ou rola ou pau. (Monalisa)”

Comparadas com os homens, as mulheres também procuram utilizar os vários codinomes para os órgãos genitais, deixando de lado o patriarcalismo e o machismo predominante em nossa cultura.

Vejamos outra. Dessa vez, trata-se de uma mulher cis, branca, hétero, estudante de escola particular e mãe aos 24 anos.

“Como boa parte da minha infância eu fui criada pela minha avó, ela me ensinou a chamar peito de peito, cu de furico, vagina de periquita ou priquita e pênis de pinto. Então, essa foram as palavras que eu usava e ainda uso. A depender dos amigos que estão comigo, eles usam pau, buceta, mas eu não costumo usar. (Roberta)”

Algo nos chama atenção na fala dessa interlocutora. É o fato de alguns codinomes não serem ensinados pela sua avó, criando uma resistência em não verbaliza-los até hoje. É possível notar diversos marcadores sociais que causa esse bloqueio. Contudo, mesmo rejeitando alguns codinomes, a interlocutora procura também utilizar os nomes populares, ignorando os nomes científicos.

Usar termos fora da ciência na escola é trazer a sexualidade e o erotismo para dentro da sala de aula como foi dito anteriormente. Essas palavras são tabus no território escolar, sendo negadas até uma explicação sociohistórica da sua existência, haja vista a sua ligação com a sexualidade.

Ao entrar na escola, o aluno precisa que o seu corpo seja trabalhado e não excluído. É preciso, como diz bell hooks (2013, p. 257) que as paixões sejam discutidas na escola, “para compreender o lugar de Eros e do erotismo na sala de aula, temos de deixar de entender essas forças somente em termos sexuais, embora essa dimensão não deva ser negada”.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Sabemos que a escola é um espaço que na sua grande maioria funciona como um campo de repressão, cujo objetivo é moldar corpos, pensamentos, dentro dos padrões da heteronormatividade e da “família tradicional brasileira”.

Ela também prestigia e dar visibilidade apenas à língua culta, onde, pobres, periféricos, negros, gays, pessoas trans/travestis ficam às margens.

A reflexão que fica acerca dessa discussão é sobre a necessidade das mudanças pedagógicas. “Quando limitamos a palavra “erótica” a seu sentido sexual, revelamos o quanto estamos separados do resto da natureza. [...]” (HOOKS, 2013, p. 257, grifo da autora).

Tanto a escola quando a ciência segue em um padrão conservador, judaico-cristão e heteronormativo, excluindo todo aquele que ousar borrar as “normas”. É preciso um currículo democrático e respeitador de todas as culturas, em Louro (2008), esta propõe a necessidade de estranhar o currículo, desconfiar daquilo que está ou é estável naquele arcabouço de conhecimento. Precisamos aprender com e a partir das diferenças, onde repetirmos modelos de opressão e silenciamento não é definitivamente a forma mais adequada de produzirmos conhecimentos.

Uma educação que não questiona a violência da expropriação do capital, as desigualdades socioeconômicas, o racismo estrutural, o sexismo, o machismo e suas violências de gênero e sexualidades, a vulnerabilidade a que estão submetidas às populações de pessoas excluídas, como indígenas, pessoas em situação de rua, dentre outras, não pode produzir em algum futuro respostas concretas para modificar as estruturas de opressão á qual nossa realidade está imersa. Como construir um caminho pedagógico transgressor se a base escolar é de normalização, docilização e controle dos corpos?

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011.

BRAGA, E. R. M. **“Palavrões” ou palavras**: um estudo com educadoras/es sobre sinônimos usados na denominação de temas relacionados ao sexo. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2008.

CASTILHO, A. T. de. **A língua portuguesa no Brasil**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1962.

CASTRO, Y. P. **Falares africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro, 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks Editora, 2001

CORTELLA, M. S. **Educação, Escola e Docência**: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014,

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 23.ed. Rio de Janeiro. 2013.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 41.ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

GUIMARÃES, E. A Língua portuguesa no Brasil. In: **Ciência e Cultura**. 2005. V. 57. São Paulo. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>>. Acesso em: 21/09/2018

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2013. Janeiro: Graal, 2013.

LOURO, G. L.. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MANÉ, D. As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico. **Revista de Linguística e Teoria Literária** v. 4 n. 1, 2012.

MICHALES. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Pejorativo/>>. Acesso em: 22 out 2019.

OLIVEIRA, M. R. G. de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! *Periódicus*, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento: Justificado (Feminismos Plurais), 2017.

SILVA, R. **Os nomes dos pau**. Laboratório Filosófico. Disponível em <<https://laboratoriofilosofico.wordpress.com/2015/04/28/os-nomes-dos-pau/>>. Acesso em 24 out 2019

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed.. São Paulo : Cortez, 2009.